



ATA 07/2021

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, reuniram-se na modalidade virtual google meet, devido a Pandemia da COVID-19, os conselheiros/as do Conselho Municipal de Assistência Social de São Leopoldo e demais presentes para plenária ordinária.

Ricardo Charão, abre a plenária informando que Fernanda e Fábio irão se atrasar e por essa razão começará os trabalhos. Primeiramente conferi a presença dos conselheiros/as ou seus suplentes, observando que há quórum necessário para início, segue com a pauta apresentada anteriormente.

- **Apresentação da secretária dos Conselhos: Luciane** – Fábio informa que a Luciane precisou buscar atendimento médico e por conta disso não se fará presente na reunião.

- **Aprovação das Atas 04,05,06** – Ricardo agradece a Scheila pela redação das atas, Scheila solicita que ao se manifestarem os integrantes da plenária se identifiquem, informando a instituição que representam. Ricardo lembra que só possui direito ao voto os conselheiros/as do conselho. As atas de números 04,05,06, foram aprovadas pelos conselheiros/as presentes na plenária.

- **Relato dos serviços para população de rua** – Ricardo solicita que a Loreto, diretora da proteção social especial da SEDES, suplente nesse conselho, traga um relato das mudanças ocorridas no último final de semana, mudanças já aprovadas por esse conselho com relação aos serviços para atendimento das pessoas em situação de rua.

Loreto, informa que desde o dia 04 de janeiro de 2021, a secretaria vem estudando uma proposta que tratava da reabertura do Centro POP. Lembra que já vinham gestando essa mudança com a recomposição da equipe do equipamento do Centro POP que é de media complexidade, irmão do CREAS

e dos serviços de proteção especial para pessoas com deficiência. Registra que no sábado, dia 08 de maio do corrente ano, foi realizada a mudança física, onde o CREPAR passa a atender por doze horas, não mais 24 horas, sendo esse o impacto de reordenamento no espaço de alta complexidade, passando a atender com pernoite e funcionamento das 19 horas as 7 horas da manhã, assim como o Centro POP, que também operará com 12 horas de funcionamento, das 7 horas da manhã até as 19 horas. Conta que no sábado todos da secretaria participaram da mudança, assim como a equipe do Centro POP, iniciando na noite do sábado o funcionamento do CREPAR nessa nova modalidade. Explica que o Centro POP iniciou oficialmente na segunda-feira, dia 10 de maio, porém já operou no sábado e no domingo e por solicitação dos usuários será mantido pelo menos no inverno esse funcionamento diferenciado nos finais de semana, assim como no CREPAR. Informou que possui uma nova equipe, coordenada pela Gisa, composta por uma assistente social, uma psicóloga, dois educadores e dois atendentes sociais, com a vinda de mais um atendente social. Disse também, que com isso se fecha os serviços de acolhimento temporário que eram originalmente verba COVID, cessando as atividades no Instituto Lenon, no sábado, dia 08 de maio.

Ricardo, agradece o relato e sugeri ir atualizando o Cmas a respeito dessas mudanças que foram realizadas. Registra um agradecimento enquanto secretaria de assistência social a equipe da secretaria e as instituições que auxiliaram na mudança no sábado, como também ao Instituto Lenon que durante esse período assumiu o serviço transitório, repassando o conjunto de materiais e equipamentos uteis para a continuidade do trabalho. Agradece também a AMMEP que realizou a doação de um quantitativo importante de material de consumo para poder dar início com as oficinas do Centro POP. Pede desculpas se esquece de nomear alguém nesse agradecimento.

- Ofício 083 do Ministério Público / Recurso Covid população de rua –
Ricardo registra que esse ponto de pauta se refere a resposta para o Ministério Público Federal a respeito dos recursos investidos da portaria 369/2020.

Juliana, assessora jurídica da secretaria de assistência social, informa que foi recebido um ofício do Ministério Público Federal, solicitando uma prestação de contas dos recursos que vieram através da portaria 369, no valor de 1 milhão 286 mil e 280 reais. Na ocasião foi realizada a prestação de contas e

respondido para o Ministério Público. Contudo ficou faltando uma resposta do conselho aprovando essa prestação de contas. Segundo o levantamento contido na resposta da secretaria, foi investido com os quatro serviços do COVID para os acolhimentos os seguintes valores: com o serviço para acolhimento institucional de criança e adolescente, foi gasto até a data de março de 2021 o valor de 164 mil reais; para a manutenção do serviço do Instituto Lenon foi utilizado 312 mil reais; AMMEP criança o valor gasto foi de 82mil 250 reais; AMMEP adulto foi o valor de 143 mil reais. Além disso, foi destinado para gênero alimentício o valor de 22 mil reais destinado ao CREPAR para compra de alimentos. Ainda houve o contrato por seis meses de sete servidores temporários para suprir uma demanda ampliada devido a pandemia da COVID-19, no valor de 201 mil reais. Para o termo de aceite dessa portaria veio um valor de 336 mil reais para compra de alimentos, sendo usado desse montante pela secretaria o valor de 86.180 reais, com saldo de 249 mil reais que pode ser usado até dezembro de 2021. Ainda com recursos oriundos da portaria foi gasto na reforma do Lar São Francisco a importância de 69.858 reais. Para sanitização dos serviços houve um gasto de 4.885 mil reais. Juliana esclarece que esses valores podem ter sofrido alterações, devido a resposta ter sido encaminhada em 22 de março desse ano. Ressalta que tanto para a secretaria quando para o conselho a solicitação veio em fevereiro, mas que por meio físico chegou na secretaria em começo de abril desse ano, datada em 21/02/2021. Informa ter visto que em agosto de 2020 esse conselho encaminhou resposta para o Ministério Público Federal destinando os valores que foram gastos até agosto com o recurso vindo do governo federal, que era o recurso COVID. Entende que se deve fazer uma atualização de agosto até o presente momento sobre os gastos da secretaria.

Fernanda esclarece que sobre a solicitação para o conselho em fevereiro, não foi encaminhado nenhum e-mail e que ficou sabendo dessa resposta e desse ofício semana passada na mesa diretora. Questiona sobre o valor do recurso Covid ter sido usado para reforma no Lar São Francisco. Juliana diz que no ano passado foi informado pelo Cmas a reforma do Lar São Francisco no valor de 40mil reais e que segundo a contadora fechou no valor de 69 mil reais. Fernanda pergunta sobre esses dados serem do ano passado. Juliana responde que no dia 26 de agosto de 2020 o conselho respondeu para o Ministério público e que o documento solicitado para a secretaria foi recebido em fevereiro de 2021, tendo sido realizado uma atualização desse período, na medida em que os serviços se mantiveram. Isabel solicita esclarecimentos sobre o uso do recurso COVID ter sido utilizado para reforma e se a mesma se fez para atender alguns protocolos de saúde para

manter a segurança das pessoas que estavam no lar. Fábio explica que os recursos das três portarias foram usados na questão da COVID. No caso do lar São Francisco, houve um surto, indo todos os idosos/as, trabalhadores/as para o Monte Alverne, onde foi utilizado esse momento para realizar melhorias no espaço. Destaca que a portaria permitia essa ação, que também foi realizada no CREPAR, para melhorias no espaço físico. Lembra que o conselho deve aprovar ou não esses gastos para responder ao Ministério Público. Fernanda registra que não recebeu ofício e que portanto não conseguiu ler, pergunta se houve a leitura antes da sua chegada, Izalmar responde que não houve leitura e seria interessante fazê-la. Fábio realiza a leitura do ofício datado de 21/02/2021 e a reiteração do dia 30/03/2021. Também entende que o contratempo com o recebimento do ofício pode ter acontecido devido ao surto de Covid na secretaria e também a troca da secretária dos conselhos. Fernanda questiona sobre a leitura da resposta ao ofício. Fábio responde que a resposta apresentada pela Juliana foi sintética, pois a enviada para o Ministério Público contém quatro páginas. Fernanda entende que é complicado solicitar a votação dos conselheiros/as sem que tenham tido acesso ao documento anteriormente e questiona sobre a urgência do envio do documento do Cmas para o Ministério Público. Fábio esclarece que a resposta da secretaria já foi enviada e que já venceram os prazos, que caso seja necessário adiar para junho a resposta do conselho, terá que ser informado ao Ministério Público a ciência dos dois documentos e a previsão do envio.

Fernanda solicita a manifestação dos conselheiros sobre o encaminhamento, Scheila entende que essa situação já pode ser resolvida. Fernanda solicita que a Luciane coloque o documento no grupo e abre a votação. Doze conselheiros foram favoráveis a prestação de contas apresentada pela Juliana e o envio desta para o Ministério Público.

Loreto inicia um relato sobre a atualização do andamento dos quatro serviços via verba COVID originalmente. Dos quatro serviços contratados no ano passado, hoje estão com dois serviços em execução, que são o Monte Alverne adulto, onde existe a possibilidade de isolamento social para pessoas adultas em situação de rua, seja suspeito ou casos positivos. Essa parceria com a AMMEP que é quem executa, está no segundo aditivo, originalmente tendo sido contratado em 24/06/2020 até 25/12/2020. Depois com o primeiro aditivo em 26/12/2020 até 24/03/2021, e o segundo aditivo de 25/03/2021 até 24/06/2021. Sobre a continuação da oferta do serviço de acolhimento temporário para crianças e adolescentes suspeitas e positivas, tendo em vista que os acolhimentos não teriam desde o ano passado conseguido garantir esse espaço físico para o isolamento e

execução da quarentena desse público, havia sido aditivado com a AMMEP no Monte Alverne, porém através de conversação junto ao MP, equipes dos acolhimentos e conselho tutelar, foi avaliado e se optou pela rescisão do contrato com a AMMEP que vigoraria até dia 24/06/2021. Nesse caso, foi recontratado com o Joana de Angelis, Associação Isaura Maia, através da Casa Caminho Joana de Angelis que era quem prestava o serviço antes, voltando a executar o serviço de atendimento temporário, sendo esse o segundo aditivo que vigorará de 09/04/2021 até 08/07/2021. Sobre o instituto Lenon o segundo aditivo vigorava do dia 09/04/2020 até o dia 08/05/2021, tendo sido encerrado na data prevista. Hoje dos quatro serviços ficaram dois, um que é o serviço de acolhimento temporário para criança e adolescente executado pelo Joana e o serviço de acolhimento temporário para adulto executado pela AMMEP no Monte Alverne.

Seu Nilson, registra que na data de ontem esteve no CREPAR e no Centro POP conversando com alguns usuários e que os mesmos gostariam de uma reunião com o secretário Fábio ou com um representante da secretaria para estarem colocando suas demandas. Fábio diz que claro que pode conversar, que aliás sempre está em contato com os usuários, inclusive indo constantemente nos serviços. Relata que no mês de abril foram realizados cinco encontros a noite para sanar as dúvidas.

Fernanda diz que consegue entender a aflição dos moradores de rua, pois a disponibilidade de estar lá e de conversar não era algo rotineiro para essa população nas gestões passadas e com a mudança de serviço agora, eles estão com muitos medos. Registra que o secretário junto com as coordenações irá fazer o encaminhamento para a reunião solicitada.

- **FEAS** – Fernanda informa que durante a semana passada solicitou a Valéria que encaminhasse para a comissão de finanças os dados do FEAS. Fábio sugere apresentar os dados e aguardar o parecer da comissão de finanças. Valéria explica que quando foi encaminhada a prestação de contas 2020 para o controle interno da prefeitura, o mesmo teve algumas dúvidas e entrou em contato com a secretaria estadual que verificou que havia uma diferença de valores entre a prestação de contas de 2019 ao saldo inicial da prestação de contas 2020. Para saber qual era essa diferença foi necessário voltar ao período de 2017 que foi onde começou o problema. Em 2017 entrou um recurso que era para o CRAS e para CREAS separados, contudo entrou na mesma conta e a arrecadação municipal lançou como sendo um valor somente do CRAS. Em 2019 foi verificada essa situação, houve tentativa de resolver, mas acabou gerando mais erros, seguindo abaixo

documento encaminhado para Secretaria de Trabalho e Assistência Social – STAS/RS e a retificação da prestação de contas desde o ano de 2017.

São Leopoldo, 29 de abril de 2021.

De: SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social São Leopoldo

Para: Secretaria de Trabalho e Assistência Social – STAS/RS

Assunto: Relatório de Gestão – CRAS 2016/2017/2018

BREVE RELATO DOS FATOS:

Em relação às prestações de contas dos recursos recebidos do FEAS, destinado ao CRAS 2016/2017/2018, solicitamos revisão dos relatórios enviados pois verificamos que alguns erros foram cometidos que vieram a comprometer os resultados.

Inicialmente, cumpre esclarecer que no relatório de gestão, enviado anteriormente, referente ao período de 01/01/2017 a 31/12/2017, deixou-se de informar despesas pagas para manutenção do programado no valor total de R\$ R\$ 338,59 (trezentos e trinta e oito reais, cinquenta e nove centavos).

Ainda no período citado acima, em 22/03/2017, a Secretaria de Desenvolvimento Social de São Leopoldo, recebeu recurso do STAS/ FEAS, destinado ao CRAS, referente 2016, no valor de R\$ 6.488,97 (seis mil, quatrocentos e oitenta e oito reais, noventa e sete centavos).

É de se verificar que no relatório de gestão do período de 01.01.2018 a 31.12.2018, também, se deixou de informar despesa realizada no valor de R\$ 26,04 (vinte e seis reais, quatro centavos). Nesse período, em 17.01.2018, houve o repasse para o CRAS, referente 2017, no valor de R\$ 10.625,73 (dez mil, seiscentos e vinte e cinco reais, setenta e três centavos).

No período de 01.01.2019 a 31.12.2019, não ocorreu entrada de repasse do FEAS e, também, não houve registro de pagamentos.

Por sua vez, no período de 01/01/2020 a 31/12/2020, foi recebido o repasse para o CRAS, referente 2018, em 26/02/2020 no valor de R\$ 11.724,29 (onze mil, setecentos e vinte quatro reais, vinte e nove centavos).

Convém ressaltar que não houve repasse para o CRAS, referente 2019, por não ter ocorrido adesão ao programa do FEAS.

Sem dúvida, os erros ocorridos nos exercícios de 2017 e 2018, onde se deixou de informar despesas pagas, provocaria alteração nos relatórios dos períodos posteriores.

Assinale-se, ainda, que por um lapso da Secretaria da Fazenda do Município os repasses recebidos nesse período, e informados anteriormente, permaneceram em conta corrente. Portanto, não ocorreu investimento em aplicação financeira desses valores, deixando de gerar rendimentos.

Em primeiro momento, calculamos o valor devido dos rendimentos e informamos, à tesouraria do município, que deveria ser realizada a transferência do recurso livre para o vinculado do valor apurado. No sentido da regularização, registrou-se nos relatórios de gestão do período de 2017 e 2018, rendimentos que, na verdade, ainda não constavam em conta bancária. Ocorre que a Secretaria da Fazenda entendeu que nossos cálculos não estavam corretos e não realizou a transferência do valor solicitado.

Importante ressaltar, ainda, que a prestação de contas do exercício de 2019, no valor de R\$ 24.990,17 (vinte quatro mil, novecentos e noventa reais, dezessete centavos), referente à reprogramação do saldo de 31/12/2018 não está correta. Ocorre que neste saldo está incluído o valor recebido e destinado ao CREAS/2016, cujo valor em 31/12/2019 era de R\$ 6.798,91 (seis mil, setecentos e noventa e oito reais, noventa e um centavos), que havia sido registrado, por

engano, na mesma conta contábil do recurso do CRAS. Necessário se faz informar que os registros contábeis foram regularizados em 13/05/2020.

Neste momento, contamos com a compreensão desse órgão estadual e solicitamos a atualização de nossas informações e regularização dos dados.

DOS VALORES:

Segue abaixo demonstrativo dos repasses recebidos e cálculos dos rendimentos devidos no período:

REPASSE	VALOR ORIGINAL
CRAS/2016 RECEBIDO EM 22/03/2017	R\$ 6.488,97
CRAS/2017 RECEBIDO EM 17/01/2018	R\$ 10.625,73
CRAS/2018 RECEBIDO EM 26/02/2020	R\$ 11.724,29

RESUMO DOS DADOS

	VALORES
SALDO INICIAL EM 01.01.2017	R\$ 2.061,01
VALOR DOS REPASSES	R\$ 28.838,99
RENDIMENTOS	R\$ 2.624,34
EXECUÇÃO	R\$ 364,63
SALDO EM 31/12/2020	R\$ 33.159,71

(Fonte: Índice de correção corresponde ao da poupança, Calculadora do Cidadão, Banco Central do Brasil, valores corrigidos até 31/12/2020)

CONCLUSÃO:

Chega-se, portanto, à conclusão que o valor devido para regularização dos rendimentos dos repasses CRAS 2016/2017/2018, do período de recebimento até a data de 31/12/2020, é de R\$ 2.624,34 (dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais, trinta e quatro centavos).

Como há de se verificar pelos registros financeiros e contábeis, houve um período que o valor do repasse do CREAS, ficou em conta contábil como sendo do CRAS, gerando uma diferença de rendimentos no valor de R\$ 266,90 (duzentos e

sessenta e seis reais, noventa centavos). Dessa forma, se faz necessário somar esse valor aos rendimentos apurados, conforme segue:

Valor dos rendimentos apurados	R\$	2.624,34
Valor ajuste financeiro	R\$	266,90
Valor total	R\$	2.891,24

Em virtude dessas considerações, concluímos pelo repasse do recurso livre para o recurso vinculado, para fins de regularização do saldo do recurso vinculado do CRAS/FEAS, no valor total de R\$ 2.891,24 (dois mil, oitocentos e noventa e um reais, vinte e quatro centavos).

RETIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS - BÁSICA Exercício 2017-2018-2019-2020

- Período de 01/01/2017 a 31/12/2017 – não foi informado despesas no valor de R\$ 338,59;
- Período de 01.01.2018 a 31.12.2018 – não foi informado despesa no valor de R\$ 26,04;

Os repasses recebidos em 2017 e 2018 para o CRAS (R\$ 6.488,97 e R\$ 10.625,73), não foram aplicados em fundos de investimento bancário até o dia 05/03/2020, não gerando rendimentos financeiros;

A SEMFA não efetuou, em 2020, o pagamento do valor dos rendimentos devidos para conta bancária do FEAS/CRAS, como havia sido solicitado pela SDS;

Repasse recebido em 22/03/2017, no valor de R\$ 6.000,00, foi arrecadado como recurso do CRAS, quando na verdade pertence ao CREAS, tendo sido regularizado em 13/05/2020.

Prestação de Contas 2017

• SALDO REPROGRAMADO DE 2016	R\$	2.061,01
• VALOR DO REPASSE	R\$	6.488,97
• RENDIMENTOS CALCULADOS	R\$	415,64
• PAGAMENTO DE DESPESA	R\$	338,59

- VALOR REPROGRAMADO R\$ 8.627,03

Prestação de Contas 2018

- SALDO REPROGRAMADO DE 2017 R\$ 8.627,03
- VALOR DO REPASSE R\$ 10.625,73
- RENDIMENTOS CALCULADOS R\$ 813,96
- PAGAMENTO DE DESPESA R\$ 26,04
- VALOR REPROGRAMADO R\$ 20.040,68

Prestação de Contas 2019

- SALDO REPROGRAMADO DE 2018 R\$ 20.040,68
- VALOR DO REPASSE R\$ 0,00
- RENDIMENTOS CALCULADOS R\$ 793,44
- PAGAMENTO DE DESPESA R\$ 0,00
- VALOR REPROGRAMADO R\$ 20.834,12

Prestação de Contas 2020

- SALDO REPROGRAMADO DE 2019 R\$ 20.834,12
- VALOR DO REPASSE R\$ 11.724,29
- RENDIMENTOS CALCULADOS R\$ 601,30
- PAGAMENTO DE DESPESA R\$ 0,00
- VALOR REPROGRAMADO R\$ 33.159,71

Resumo das informações

REPASSE	VALOR ORIGINAL
CRAS/2016 RECEBIDO EM 22/03/2017	R\$ 6.488,97
CRAS/2017 RECEBIDO EM 17/01/2018	R\$ 10.625,73
CRAS/2018 RECEBIDO EM 22/03/2017	R\$ 11.724,29

	VALORES
SALDO INICIAL EM 01.01.2017	R\$ 2.061,01
VALOR DOS REPASSES	R\$ 28.838,99
RENDIMENTOS	R\$ 2.624,34
DESPESA EXECUTADA	R\$ 364,63
SALDO EM 31/12/2020	R\$ 33.159,71

CONCLUSÃO

Valor apurado, em cálculos realizados pela SDS, para reembolso dos rendimentos não creditados no período devido é de R\$ 2.624,34.

Como foi informado inicialmente, houve um período que o repasse do CREAS, recebido em 2017, ficou registrado como pertencente ao CRAS, o que acabou gerando uma diferença de rendimentos nos registros contábeis no valor de R\$ 266,90.

Dessa forma, se faz necessário somar esse valor aos rendimentos apurados, totalizando em: R\$ 2.891,24 o valor a ser transferido de conta bancária do livre para o CRAS.

Valéria explica que a tesouraria fará a transferência do valor mencionado acima, após será reapresentada toda essa prestação de contas, inclusive o comprovante dessa transferência, sendo encaminhada novamente ao Estado.

Fernanda questiona sobre o não fechamento dos valores contábeis, Fábio explica que o recurso que estava perdido foi recuperado na conta da fazenda para vir para o fundo municipal da assistência social corrigido ano a ano de 2017 a 2020.

Carol solicita a apreciação dos conselheiros/as para dar seguimento aos encaminhamentos junto ao governo do Estado em relação a reprogramação do saldo e plano de aplicação. Se compromete a apresentar o plano de aplicação do valor de R\$ 33. 159,71. Onze conselheiros foram favoráveis a prestação de contas apresentada.

- **Trabalhadores** – Fernanda registra que novamente na reunião da mesa diretora pontuou com a Fábio a questão da vacinação, sobre priorizar os trabalhadores/as da assistência na vacinação da H1N1. Sobre a vacinação da COVID 19, lembra que o Fábio relatou que muitos trabalhadores/as da assistência estão sendo vacinados por estarem em grupos prioritários, que ele está fazendo um levantamento de quantos já foram imunizados. Pergunta se já tem uma previsão de vacinação da COVID para os

trabalhadores da assistência. Fábio informa que a cada mês tem aumentado o número de imunização desses trabalhadores. Conseguindo chegar a 100% no Lar São Francisco, 92% na casa de acolhimento, 95% no CREPAR, 100% na APAE, em torno de 60% dos trabalhadores/as da secretaria e das instituições parceiras. Com a Aldef deve estar sendo agendada a vacinação para no máximo na próxima semana. Registra que o processo da vacinação COVID 19 com as pessoas com deficiência e idosos está ocorrendo nas instituições. Sobre os demais que não estariam dentro do público prioritário, estão sendo colocados na vacinação noturna na vigilância sanitária. Acredita que até julho 100% da equipe de trabalhadores/as da assistência estarão vacinados, incluindo a sociedade civil. A respeito da vacinação da gripe, já iniciou o movimento, pois essa é mais fácil, pretendendo vacinar o grupo da assistência logo após o grupo da educação.

- **Usuários** – Dona Vani, solicita informações sobre o término da entrega de viandas para os moradores de rua. Fábio responde que esse serviço não acabou, mas antes aqueles que dormiam a noite sob responsabilidade da secretaria e do Lenon, saíam pela manhã do serviço indo para o centro da cidade e retornavam ao meio dia. O que acontece é que esse público hoje tem doze horas de atendimento noturno e doze horas de atendimento diurno. Então, hoje como eles ficam no Centro POP no atendimento dia, eles recebem lá o almoço. Explica que foram tiradas cinco viandas de pessoas que não precisavam e que vinham buscar na hora do almoço. Ressalta que a população que estava fazendo o uso da rua das 7h às 19 horas é a que precisa e que agora está recebendo café da manhã, almoço, lanche e janta. Fábio informa que houve uma conversa com a AMPAR, (Associação dos municípios do Vale do Rio dos Sinos) e também estão fazendo com a GRANPAL (Associação dos municípios da região metropolitana de Porto Alegre), para cada município assumir a responsabilidade com a sua população em situação de rua. Marlise sugeriu fotografar ou filmar a entrega das marmitas para mostrar quando houver questionamento desse serviço. Fábio propõe trazer na próxima plenária uma apresentação de como ficou o CREPAR e o Centro POP com as melhorias. Loreto sugere trazer também as duas coordenadoras dos serviços, incluindo a abordagem sistemática com fotos ilustrativas e vídeos. Fábio lembra que ano passado quando se

justificou fechar o Centro POP se prometeu para o conselho em ter na reabertura 24 vagas. Contudo, hoje a capacidade no CREPAR é para 41 pessoas, já pensando no inverno.

- **Comissões Especiais** – Isabel Cristina da Talita Kum, iniciou fazendo o relato sobre os trabalhos da comissão eleitoral. Informou que além dela, fazem parte da comissão, Fernanda do Instituto Lenon, Ruzel da Aldef, e dona Vani dos Usuários. Esse grupo se reuniu dia 22 de abril, pela plataforma Google/meet, e propôs a seguinte organização: 06 de julho a eleição no horário das 15h às 19h, resultado da eleição 14 de julho, mandato de agosto de 2021 a dezembro de 2023. A eleição ocorrerá na forma presencial e virtual, sendo que a presencial será em parceria com o Centro Medianeira e a virtual pela plataforma Google. Isabel relatou que durante a reunião houve a sugestão de haver a participação da população em situação de rua, de ter uma cadeira nesse conselho. Elenara lembrou que na eleição passada foi dada essa oportunidade e que no dia da votação não houve comparecimento, mas que entende que possa ser feita nova tentativa. Padre Flávio, coloca que a representação desse público se dá na categoria dos usuários e questiona a legalidade dessa participação. Dona Dina, acredita que eles possam ter uma representação através do Fórum dos usuários. Padre Flávio esclarece que pelo fórum eles podem se candidatar. Fernanda sugere fazer da mesma forma da eleição passada para contemplar a participação da população em situação de rua. Elenara entende que a Vani, a Marlise e a Dona Dina representam muito bem os usuários, trazendo e defendendo sempre a pauta dos moradores de rua. Fernanda encaminha uma nova reunião da comissão para discussão desse tema, como também plenária extraordinária para passar os detalhes da eleição para poder oficializar a documentação e posteriormente apresentar para aprovação novamente. Fica agendada plenária extraordinária para o dia 26 de maio, as 13h30 min, com pauta única sobre as eleições. Padre Flávio sugere nesse meio tempo consultar a legislação municipal e federal sobre a participação dos moradores de rua. Acredita que não se pode criar uma legislação própria para a eleição. Ressalta que já houve muito avanço nesse conselho na medida em que foi eleito três usuários, tendo havido uma adequação a legislação. Entende que a proposta apresentada sobre a

participação da população em situação de rua nesse conselho é inviável por não estar contemplada na legislação.

A respeito da comissão da conferência, Izalmar registra que se reuniram em abril e que não tiveram mais nenhum encontro, que receberam alguns documentos e que sugeriu na semana passada uma data para reunirem e retomarem os trabalhos, pois o prazo é curto para a pré-conferência, pois a conferência ocorrerá no próximo mês. Entende que precisam conversar, pois na semana que vem tem reunião na rede centro e gostaria de estar compartilhando alguns encaminhamentos em relação as pré-conferências. Izalmar propõe se reunirem na próxima sexta-feira, as 10h30min. Fernanda encaminha para colocar no grupo essa proposta e reunir com a maioria.

- **Comissões** – Carolina da comissão de políticas, informa que a comissão tem se reunido semanalmente e que na quarta-feira passada concluíram a análise dos 39 planos de ação 2021, tendo sido analisado individualmente cada plano. Também que semana passada a unisinos não participou das análises, pois foi analisado seis planos de ação dessa instituição. Dos quais a comissão teve parecer favorável sobre o Pasec; Cidadania.Com; Eu Cidadão. Sobre os pareceres contrários, explica que não foi conteúdo, mas pelas dúvidas de como se apresenta, sendo esses: Apoio as famílias super individualizadas; Pei (Programa de esporte integral) e o Tecnosinos (Projeto superação técnico sociais).

Izalmar registra que essa semana iniciaram a análise dos relatórios de atividades de 2020, onde onze foram analisados. Sugeriu que os planos que o parecer for contrário, as instituições entrem em contato com a Luciane, secretária dos conselhos, para saberem detalhes do parecer e o prazo para os encaminhamentos. Seguindo os pareceres: Aldef, parecer contrário; Ammep, parecer favorável; Apramor, parecer favorável; Ascar, parecer parecer contrário; Associação Nossa Senhora Auxiliadora, parecer favorável, com algumas sugestões de acréscimo e alterações; Apae, parecer contrário; Col, parecer favorável; Centro Medianeira, parecer contrário; Ciee, parecer contrário; Casa Aberta, parecer favorável; led, parecer contrário; Associação de assistência Social Santo Inácio de Loyola, parecer contrário; Paróquia Santo Inácio de Loyola, parecer contrário; Nossa Senhora das Graças, parecer contrário; Beato José Anchieta, parecer contrário; Nossa Senhora

Aparecida, parecer contrário; São João Batista, parecer contrário; Nossa Senhora Medianeira, parecer contrário; São José Operário, parecer contrário; Nossa Senhora da Conceição, parecer contrário; Nossa Senhora das Graças, parecer contrário; São Jorge, parecer contrário; Santa Catarina, parecer contrário;

Representante da Ascar pergunta se já tem retorno sobre os pareceres reencaminhados com os ajustes solicitados. Carolina responde que por motivo da troca da secretaria executiva dos conselhos e outros imprevistos ainda não teve retorno dos documentos recebidos. Izalmar relata que foi feito um levantamento em relação a datas e entregas de planos que será apresentado na próxima plenária.

Sobre a comissão de finanças, Fernanda ressalta a importância de quando for colocado no grupo pela Valéria as questões de documentos financeiros, o grupo reúna para analisar. Também colocou que solicitou que a Valéria sempre esteja junto nas análises dos documentos para tirar dúvidas. Pediu que a comissão se reúna para elaborar o parecer do FEAS.

Sobre a comissão de normas, Sabrina relatou que se reuniram no mês de maio, que são todas novas nessa comissão e solicitaram ajuda para entender o funcionamento, obtendo algum retorno. Que precisaram estudar o material, a resolução. Informou que fizeram parte da análise do material da AMA, faltando a visita, que está agendada para a próxima semana. Com isso o parecer será apresentado na próxima plenária.

- **Informes** – Fábio reforça a importância de estar sendo divulgada a campanha do agasalho que será lançada no dia 19 de maio, quarta-feira, às 14 horas no gabinete do prefeito. Solicitou que as pessoas acompanhassem a página da secretaria de assistência social. E também divulgou o lançamento do Programa de Aquisição de alimentos, agendado para o dia 24 de maio, segunda-feira, às 13h30, no gabinete do prefeito.

Fernanda reforça o convite para a plenária extraordinária, dia 26 de maio, as 13h30 com pauta específica das comissões especiais. Agradece a participação de todos/as e encerra a plenária.